

**GIFE 2010 – VI Congresso GIFE sobre *Investimento Social Privado* –
Visões para 2020 - Rio de Janeiro, 7 a 9 de abril de 2010**

DESAFINADOS: GOVERNO, EMPRESA E COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MOACIR GADOTTI

Diretor do Instituto Paulo Freire

“Desafinado” é o que não está afinado ou o que perdeu a afinação, o dissonante, o destoante. É claro que estamos discutindo esse tema porque buscamos tocar cada vez mais em harmonia no que se refere à educação, sem que haja sons destoantes entre comunidades, empresas e governos. Esse é o nosso propósito ao apontar obstáculos a essa harmonia e também discutir as possibilidades de tocarmos todos juntos, afinados.

Inicialmente gostaria de dizer que há pouca pesquisa, pouca literatura, sobre o tema. Há mais referências sobre a relação entre escola e comunidade do que em relação à empresa. O *Documento de Referência* da CONAE (Conferência Nacional de Educação), que foi realizada no final de março, em Brasília, fala da participação da **comunidade** no projeto da escola, aponta, no artigo 61, a necessidade de criar mecanismos democráticos de gestão que assegurem a participação da comunidade particularmente nos conselhos escolares. Entretanto, o mesmo documento, quando fala da **empresa**, destaca apenas problemas e aspectos negativos, como no artigo 161 - “extinguir, ainda todas as políticas aligeiradas de formação por parte de empresas, por apresentarem conteúdos desvinculados dos interesses da educação pública” - e no artigo 287QQQ: “redirecionar imediatamente os recursos do MEC, que atualmente são orientados a sistemas e a setores empresariais para as esferas públicas federal, distrital, estadual e municipal”. No artigo 2791, afirma-se a necessidade de “desenvolver políticas e ações que contribuam para o enfrentamento do racismo nas empresas”. Educação brasileira e empresa estão, sim, “desafinadas”.

A CONAE foi um êxito. Discutiu um dos principais entraves do desenvolvimento educacional: o “sistema nacional articulado de educação”, mas não levou em conta “toda” a educação. Nela, predominou o setor profissional da educação e principalmente a educação pública. Não perdeu o brilho por isso. A educação é dever do Estado e ele precisa fazer a sua parte: num regime federativo, há três esferas públicas que se ocupam da educação e elas não se entendem, precisam também de afinação (o chamado “regime de colaboração”). Mas falta ainda a participação de outros setores: empresas, mídia, comunidades, sociedade civil, terceiro setor... É preciso ampliar o debate. O Terceiro Setor poderia ser considerado também parte do chamado “regime de colaboração”. Até agora ele foi ignorado, também porque ele não se fez presente nesse debate. Pela Constituição a educação é direito e dever de todos.

No história da relação escola-empresa, gostaria de destacar um marco particular: o lançamento, em 2006, do Movimento “Todos pela Educação”. Graças a ele, hoje, cada vez mais, empresas se preocupam com o desempenho da escola pública e buscam caminhos de integração e parceria. Nos últimos anos, foram inúmeras as iniciativas nesse campo. Por falta de um marco legal, em geral, acabam sendo apenas iniciativas voluntárias, pontuais e unilaterais, sem um projeto coletivo articulado: a empresa decide o que deseja fazer e adota critérios empresariais na avaliação dos resultados. As empresas criam seus próprios projetos sociais onde incluem a educação.

Houve um outro fato novo e extremamente relevante nesse caminho de integração escola-empresa: o interesse cada vez maior do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) em relação a esse tema. O acesso aos Fundos sociais empresariais passa cada vez mais pelos Institutos e fundações empresariais. A responsabilidade social se profissionalizou. Cada vez menos as empresas constroem parcerias diretamente com escolas. A parceria entre escola pública e empresas privadas passa por institutos e fundações empresariais.

O tema é complexo e polêmico. Neste pequeno texto, gostaria contribuir com o debate destacando dois pontos: os obstáculos e as possibilidades de parceria escola-empresa.

1. Obstáculos

Sem dúvida, um dos maiores obstáculos que costuma afastar escolas e empresas é o *preconceito*

mútuo. De um lado, a escola acha que a empresa só se interessa pelo lucro, que a empresa, na parceria, poderia vir a explorar a escola, já que os objetivos são muito diferentes. Além disso a presença da empresa na escola iria descaracterizar seu projeto político-pedagógico. De outro lado, a empresa também considera a escola uma organização muito burocratizada e desorganizada, acha que a escola tem pouco interesse nessa integração e mais: a escola não passa de um organismo social distante da realidade da empresa.

Muitas escolas também rejeitam a participação da empresa porque esta chega à escola com *projetos prontos*, com receitas, sem uma leitura prévia da realidade da escola, sem construir a parceria com a comunidade interna e externa da escola. Por outro lado, a escola não conhece bem o que ela mesma deve fazer; desconhece suas próprias prioridades e não sabe o que solicitar da empresa ou solicita muitas coisas como salvação para seus problemas. A escola fica desconfiada, insegura, porque, ao se abrir para a empresa, vai expor suas fragilidades.

Nesse cenário não é de se estranhar que os sindicatos de professores e muitos educadores serem radicalmente contra a parceria entre escolas e empresas. O que se costuma colocar em questão, e com razão, não é propriamente a empresa como força viva da sociedade, mas uma certa lógica educacional-empresarial capitalista que submete tudo ao lucro e que reduz a educação a uma mercadoria, negando a sua dimensão humanista.

É claro, não dá para fazer generalizações. Existem exemplos de sucesso (cito particularmente o do Instituto Votorantim). Mas, não é por nada que, entre nós, essa relação ande a passos tão lentos, bem diferente de outros países. Historicamente existe um comportamento contraditório quando se pensa a aproximação entre escola e empresa: ou se adota um comportamento de negação de qualquer possibilidade de colaboração (muitas vezes por questões ideológicas) ou se pensa que, ao transpor o modelo empresarial na gestão da escola, ela vai melhorar a sua qualidade.

Na minha experiência vivida, também encontrei outros obstáculos: a *descontinuidade* dos projetos. Eles costumam terminar quando acaba o recurso, provocando enorme decepção na escola e contribuindo com a descrença na parceira escola-empresa.

E isso se dá também pela inexistência de articulação com *políticas públicas* mais amplas: o benefício que a empresa traz positivamente para uma escola ou um conjunto de escolas poderia ser estendido para fortalecer a luta pela qualidade da escola pública em geral, para a melhoria da educação como um todo. A empresa deveria estar ao lado da escola também na luta por mais verbas pela educação, pela melhoria de sua gestão, para facilitar a participação da comunidade etc.

Se ainda não é possível construir um *marco legal* sobre a relação escola-empresa, pelo menos podemos construir alguns princípios orientadores para essa relação. É preciso investir de forma planejada e avaliar se as metas são alcançadas. É preciso investir em políticas públicas estruturantes e não em projetos eventuais e efêmeros. E aqui entramos no campo das possibilidades.

2. Possibilidades

- Como construir parcerias?

- Primeiramente necessitamos de uma metodologia dialógica: colocar-se à escuta, procurar ouvir e construir juntos. Parceria é a convergência de diferentes atores em torno de um projeto comum. Daí a necessidade de diálogo entre as partes interessadas. Um dos critérios fundamentais da parceria é respeitar a autonomia dos parceiros. Parceria é sinônimo de empatia, de afinidade, afinação. Os parceiros se gostam, cooperam, são felizes juntos. Parcerias pressupõem cumplicidade, sentimento de pertencimento, camaradagem, companheirismo (mesmo que tenso).

Estrategicamente as empresas precisam primeiro aproximar-se das Secretarias de Educação (não ir diretamente às escolas). Elas precisam se constituir em mais um aliado da escola e da Secretaria na melhoria do ensino, levando novas idéias, soluções, novas tecnologias, soluções mais criativas e mobilizar fontes adicionais de recursos (não só financeiros).

Como educador, eu sempre tive muita resistência na aproximação escola-empresa. Quando assumi a Chefia do Gabinete de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, descobri a potencialidade que representava essa aproximação. Com muito bom senso, Paulo Freire assinou dezenas de parcerias, particularmente no contexto do Programa MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo). Ele rompeu com o preconceito e abriu caminho para a cooperação tanto com empresas quanto com movimentos sociais e populares.

A Secretaria de Educação deve acompanhar essas parcerias para verificar se as iniciativas das empresas realmente vão ao encontro dos interesses e prioridades das políticas públicas de educação. Deve-se construir uma proposta comum de trabalho que envolva todos os atores da escola, resultante de uma visão compartilhada de mundo e interesses comuns dos parceiros. A educação é um problema social complexo que demanda a articulação entre os diferentes setores. O poder público é o principal responsável pela educação, mas não é o único. A educação é também responsabilidade da família e da sociedade.

3. Cuidados necessários

Deve-se ter muito cuidado, sobretudo hoje, quando ainda não existe nem tradição e nem regulação nessa relação. A empresa não terá êxito se pretender fazer uma parceria para introduzir o *ethos* corporativo e empresarial (meritocracia, disciplinarização, premiação, espírito competitivo para formar vencedores...) no *ethos* escolar. Cuidado com a linguagem. Não é um bom caminho o da “adoção” de escolas, o apadrinhamento, o treinamento, a capacitação, o produto, o resultado. É contrário ao espírito de parceria, que possui outro universo vocabular próprio: diálogo, formação continuada, compromisso, companheirismo, processo.

Escola e empresa, por sua natureza, têm linguagens diferentes. Por isso, muitas vezes, elas têm dificuldades em estabelecer diálogos. Alguns dirigentes educacionais, percebendo isso, já criaram alternativas, contratando ONGs que têm tradição na área, para fazerem a mediação nesse diálogo, inclusive para que a empresa possa identificar melhor as demandas e prioridades das escolas e das Secretarias de Educação.

As ONGs podem se constituir em boas interlocutoras e evitar possíveis mal-entendidos. Muitas empresas, distantes do dia a dia das escolas, conhecem pouco as carências das escolas e das comunidades. Daí a importância da mediação das ONGs e de organizações do Terceiro Setor.

A falta de integração entre escola e empresa tem causado prejuízos à educação brasileira, deixando de aproveitar o grande potencial inovador e mobilizador da empresa. Respeitando a experiência e a cultura de cada uma, escola e empresa podem compartilhar e potencializar seus saberes e competências.

A empresa não é só responsável pelos seus acionistas. Tem outras responsabilidades, inclusive em relação às futuras gerações. Responsabilidade tem a ver com ética empresarial (reconhecimento de direitos, combate ao trabalho escravo ou degradante - trabalho “decente”, segundo a OIT - combate ao trabalho infantil, levar em conta a questão de gênero, políticas de igualdade e de equidade etc), tem a ver com a coerência entre o investimento social privado e a defesa dos direitos humanos. Investimento social privado não se confunde nem com incentivo fiscal e nem com assistencialismo.

4. Caminhos possíveis

Nesse processo, quero finalizar destacando a importância dos institutos e das fundações privadas na construção de caminhos possíveis. A legitimidade dos institutos e fundações de empresas se constrói e se fortalece pelo seu caráter público e pelo tipo de atuação no campo da defesa de direitos (educação, saúde, trabalho, sustentabilidade socioambiental...) e causas sociais que defendem (luta pela democracia, contra as desigualdades sociais...) e não porque desobrigam o estado de suas funções. A interlocução escola-empresa está se renovando com a explosão do Terceiro Setor que tem um papel social cada vez mais relevante. Empresas podem, pela sua criatividade e inventividade, típica desse setor, fazer parcerias com escolas para o desenvolvimento de tecnologias da educação.

As empresas têm uma enorme *capacidade mobilizadora* da escola e da comunidade que pouco está sendo utilizada. Ela não mobiliza apenas seus funcionários e acionistas. Ela pode também mobilizar os pais, a sociedade. Ela pode mobilizar toda uma cidade. Ela pode, por exemplo, liberar os pais/mães que são funcionários para participar das reuniões de pais nos Conselhos de Escola. Esta pode ser uma agenda da parceria entre poder público e empresa. Isso ajudaria os pais a acompanhar melhor o desempenho de seus filhos na escola e melhorar a qualidade da educação.

Devemos concentrar esforços em *ações continuadas* em benefício da qualidade de vida e da educação, combatendo o pensamento utilitarista (ligado a valores individualistas - a educação entendida como um produto privado ou mercadoria e não como direito) e mercantilista. A maior dicotomia que enfrentamos não está entre o que é estatal e o que é privado. Está entre o que é mercantil e o que é público. O estatal também assumir caráter mercantil. Escola democrática é aquela que é parceira, não impõe e não se omite. É a escola que é autônoma, que forma o povo soberano.

Em seu livro *História econômica do Brasil*, de 1945, Caio Prado Jr já argumentava que “a ausência de bom ensino compromete o desenvolvimento nacional e nosso intercâmbio com países mais avançados”. É sabido que um ensino ineficiente contribui diretamente com o baixo desempenho da economia. Uma educação de qualidade é condição da eficiência econômica; o sistema produtivo é também uma vítima da má qualidade da educação. Nesse sentido, vejo com bons olhos o atual movimento, impulsionado pelo GIFE, de aproximação entre escola e empresa. Precisamos *cooperar para progredir*. A educação é *fator estratégico*, decisivo - embora não isolado de outros fatores - na produtividade do trabalho e no crescimento econômico e não apenas para o desenvolvimento humano integral, a cidadania e a justiça social.